

Editorial

A ESCRITA DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA): NOVOS ENQUADRAMENTOS PARA ANTIGOS DESAFIOS

Natália Gil ¹ 

Marcos Luiz Hinterholz ¹ 

Vania Grim Thies ² 

Patrícia Weiduschadt ² 

Eduardo Hass da Silva ³ 

Fernando Ripe ² 

Não é de hoje que as ciências humanas enfrentam a necessidade de defender sua especificidade de área perante os demais campos científicos. Já no século XIX, Dilthey distinguia as “ciências do espírito” (o que designamos atualmente como ciências humanas) das ciências da natureza (física e química, naquele momento). Importava compreender o caráter específico da experiência humana e sua estrutura de pensamento. Daí que propunha a hermenêutica por considerar como inadequada a abordagem das ciências da natureza para compreender os seres humanos e suas condutas. Isso corresponde a dizer que a ação humana não pode ser explicada por causas e leis, como na física por exemplo; ela deve ser compreendida, o que implica o trabalho em torno de um tipo específico de inteligibilidade. Para Antoine Prost (2008, p. 138), esse “modo próprio de inteligibilidade é a história”.

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil. E-mail: natalia.gil@ufrgs.br; hinterholz.marcos@gmail.com

² Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Pelotas, RS, Brasil. E-mail: vaniagrim@gmail.com; prweidus@gmail.com; fernandoripe@yahoo.com.br

³ Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, RN, Brasil. E-mail: eduardohass.he@gmail.com

No que diz respeito propriamente à pesquisa histórica, ao longo do século XX algumas ocasiões foram decisivas na defesa do que lhe é concernente e específico. Nos anos 1920, a historiografia francesa, mediante o movimento da Escola dos *Annales*, reagiu às imposições do cientificismo, escola predominante até aquele momento. A perspectiva positivista que circunscrevia a história ao relato objetivo e supostamente neutro dos acontecimentos, em lugar de tornar a pesquisa história mais científica, como se pretendia, reduzia suas possibilidades e limitava aquilo que a área podia aportar como avanço de conhecimento relevante para a Humanidade. Na esteira dessas críticas, o que se passou foi uma revolução historiográfica (Burke, 2011), que ampliou significativamente objetos e fontes, além de propor a noção de história-problema, dando centralidade às questões que o historiador faz ao passado.

Nos anos 1980, os debates acerca da distinção entre história narrativa e história estrutural colocaram mais uma vez em jogo clivagens reincidentes entre subjetividade e objetividade, entre narrativa dos acontecimentos e explicação das estruturas, entre escrita literária e escrita científica (Burke, 1992). Um resultado importante desses debates foi reforçar a consideração sobre a artificialidade em separar o descritivo do analítico na escrita da história. A crise dos grandes paradigmas que organizavam a historiografia até então – marxismo e estruturalismo – colocou em dúvida a própria pertinência da disciplina como campo científico. Dos embates, tem-se como saldo positivo, acima de tudo, o desenvolvimento de intensa reflexão sobre a escrita da história e seu estatuto epistemológico. Autores como Paul Ricoeur, Hyden White, Eric Hobsbawm, Peter Burke, entre outros, teceram importantes considerações sobre a validade da pesquisa histórica e as especificidades desse modo de produção do conhecimento. Tais discussões, surgidas como reação e empenho defensivo do campo, aportaram fertilizações teóricas fundamentais aos trabalhos produzidos no período subsequente.

A cada novo ciclo de inovação científica, evidentemente, a necessidade de reflexão sobre esse conjunto de questões se reapresenta. Não é despropositado lembrar, a título de exemplo, que nos anos 1960 a aparição dos computadores como recursos tecnológicos disponíveis aos pesquisadores despertou grande entusiasmo e muitas reticências. Como no caso do uso de estatísticas lexicais na pesquisa histórica. A criação de programas de indexação automática permitiu criar listas exaustivas de termos presentes nos textos em análise, indicando a frequência com que eram empregados. Antoine Prost (2003, p. 300) ressaltava, no entanto, em texto originalmente publicado em 1988, que, para além das dificuldades metodológicas específicas (por exemplo, os computadores àquela altura não distinguiam entre sujeito e adjetivo para um termo como “política”), “mais grave, no meu entender, é a pobreza dos resultados a que conduzem essas contagens: sozinhos, os índices de frequência praticamente não sugerem nenhuma conclusão original”. Entre os problemas, que persistem nos dias de hoje, pode-se mencionar o fato que um termo como “democrático”, quando constatado ter sido muito usado em determinado texto, resta ainda saber se o propósito era defender ou criticar a ideia. O que dizer, então, do uso jocoso ou sutilmente irônico de determinados vocábulos a depender das circunstâncias? A crítica do autor, contudo, naquele momento, era mais dura com a evidência da recorrente falta de interesse dos resultados obtidos com o emprego

dessas então novas tecnologias do que em relação aos erros de análise propriamente. Ou seja, todo aparato tecnológico, a rapidez dos computadores, análises fatoriais sofisticadas davam um ar de grande inovação às pesquisas, mas tinham dificuldade em aportar interpretações que efetivamente fossem novas contribuições, tendo como resultado, quase sempre, apenas obviedades.

Na atualidade, um dos pontos que nos obriga a assumir posicionamento e, mais uma vez, defender a especificidade da pesquisa histórica e na narrativa como modo próprio e constitutivo incide sobre o avanço das tecnologias da informação. Os debates, acompanhados de dúvidas, perplexidades, temores – e, às vezes, entusiasmo – acerca do uso da Inteligência Artificial (IA) nas atividades de pesquisa têm envolvido, necessariamente, todos que se inscrevem no campo científico. Há, sobretudo, muito desconhecimento sobre as possibilidades e os riscos desse recurso para a realização de pesquisa e já começa a circular uma discussão sobre a possibilidade que os artigos acadêmicos possam ser escritos e/ou avaliados por IA. O que se aventa é a vantagem de poupar tempo e trabalho com a parte “meramente técnica” da comunicação dos resultados de pesquisa. Ora, isso nos coloca a urgência de lembrar que, no caso da pesquisa histórica, escrever está muito longe de ser uma atividade que se traduza em “apenas registrar resultados de pesquisa”.

O primeiro aspecto a considerar é que a fase da escrita na operação historiadora não consiste em mera descrição dos resultados de pesquisa. É na feitura mesmo do texto que a narrativa historiográfica se realiza, como tão bem aponta Ricoeur (2007), para quem a escrita compõe e sustenta as fases documental e explicativa do trabalho historiador. É no ato de escrever o passado que se dá a “síntese do heterogêneo”, a coordenação de acontecimentos múltiplos, causas, intenções, acasos, numa mesma unidade de sentido. Um discurso com uma incontornável dimensão autoral, que o historiador necessita validar junto a seus pares e sustentar com seu nome e sua reputação. Certeau (2000) expressa compreensão semelhante ao caracterizar a operação historiográfica como uma articulação fundamental entre um lugar, um procedimento de análise e a construção de um texto. A escrita é, portanto, para esse autor, parte da operação historiográfica – e não um mero registro posterior ao que seria a pesquisa propriamente dita. Segundo ele, “a função específica da escrita não é contrária, mas diferente e complementar com relação à função prática” (Certeau, 2000, p. 107).

A pesquisa e a sistematização das informações requerem tempo dos pesquisadores no campo das ciências humanas e, por consequência, também no campo da pesquisa histórica. O tempo, objeto da história, é parte do processo de maturação daquilo que se quer comunicar, portanto, não é uma mera divulgação dos resultados, embora isso seja necessário. Marcus Aurélio Taborda de Oliveira (2019, p. 10) já advertia, em uma problematização sobre a prática de pesquisar em História da Educação, acerca da necessidade de tempo e ócio na rotina do pesquisador, o que “pressupõe a capacidade de ‘perder tempo’ e deixar o tempo passar”. Além do tempo, o autor advertia sobre a necessidade de outros elementos necessários para a formação dos intelectuais pesquisadores: o ócio, o silêncio, a solidão, o compartilhamento.

Por outro lado, o volume de trabalho demandado por fluxos editoriais cada vez mais complexos, que se somam a muitas outras demandas acadêmicas, têm desafiado esse tempo desacelerado que o exercício intelectual requer. É assim que as inteligências artificiais surgem como uma espécie de remédio para a sobrecarga de demandas dos editores, produzindo efeitos notórios no ecossistema da publicação científica. Processos como tradução, detecção de plágios, revisão gramatical e identificação do manuscrito com o escopo das revistas, antes tarefas estritamente humanas, estão sendo cada vez mais mediados por algoritmos, que, em última análise, tornam-se capazes de influenciar decisões editoriais. Ao passo que representam uma ferramenta, tais transformações tecnológicas passaram exigir dos editores outras competências além da curadoria de manuscritos ou da coordenação da revisão por pares. As equipes editoriais se veem diante de novas questões éticas e da necessidade de buscar capacitação em temas como gestão de softwares, inteligência artificial e métricas de impacto.

Outra face de grande impacto das IAs na produção acadêmica está na dimensão generativa dessas inteligências, que vem sendo utilizada por autores como assistentes de escrita ou mesmo na produção de artigos inteiros, suscitando reflexões tanto epistemológicas quanto éticas e colocando a própria noção de autoria em debate. Nos idos de 2012, em tempos anteriores à IA, Antonio Viñao Frago (2012) pensava os impactos do advento da internet para o patrimônio educativo. Entre as ameaças da era digital apontadas naquele momento estavam a da mudança de suporte da memória, a superficialidade e a rápida obsolescência das informações e a dificuldade de hierarquização entre aquilo que deveria ser preservado e transmitido. Viñao Frago recuperou em sua reflexão as grandes viradas na história relativas à tecnologia da palavra, como aquelas da invenção da imprensa e os debates sobre os perigos do excesso de livros e sua perniciosa influência moral ou mental, já que textos considerados sem valor pela cultura acadêmica e letrada passariam a ter grande circulação. Retrocedendo ainda mais no tempo, o autor referia-se às críticas sobre a própria escrita, proferidas quase dois mil anos antes por Platão em seu diálogo *Fedro*.

Do não tão distante ano de 2012 para cá, as inteligências artificiais generativas representaram uma nova virada nas tecnologias da escrita, posto que, como dito, colocam em questão a própria ideia de autoria. Mais uma vez estamos diante de fantasmas distópicos da relação homem-máquina, temendo ser engolidos e substituídos pela IA. Momentos como esses reacendem os debates sobre a natureza do saber científico que produzimos, sua especificidade, seus métodos - sua episteme.

Trata-se, portanto, – nesse momento e mais uma vez – de reafirmar o caráter discursivo do nosso ofício historiador, um discurso que não pode prescindir do controle social, aquele que se dá em sociedades humanas, que carrega em si a potência da criatividade e da crítica, da subversão ao estabelecido, da instigante possibilidade de instaurar fissuras em discursos outros já consolidados, da capacidade de abstração, enfim, de todas as potencialidades da imaginação poética, como nos lembra Bachelard (1996). Vai ser preciso, contudo, esperar o tempo passar para que se possa averiguar se os recursos de inteligência artificial são capazes de dar conta – quiçá suplantando – toda a engenhosidade e complexidade criativa da inteligência humana.

A equipe editorial da RHE está atenta ao debate e aos desafios desse novo tempo representado pela emergência das IAs. A necessidade do aprofundamento de reflexões epistemológicas e pactuações éticas e políticas se coloca no horizonte, para que essa ferramenta técnica não ameace o espírito científico e aquilo que define nossa ciência como humana.

REFERÊNCIAS

- BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico**: contribuição para a psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BURKE, Peter. A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Editora da UNESP, 1992. p. 327-348.
- BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929-1989)**: A Revolução Francesa da historiografia. 2.ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2011.
- CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. p. 65-119.
- TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus Aurelio. Entre a pesquisa administrada e a prática do artesão: uma aventura, uma vontade, um projeto. **Revista Olhares**. v.7, n. 3. Guarulhos, nov. 2019.
- PROST, Antoine. As palavras. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 295-330.
- PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Aautêntica Editora, 2008.
- VIÑAO FRAGO, Antonio. La historia material e inmaterial de la escuela: memoria, patrimonio y educacion. **Revista Educação**, Porto Alegre, v.35, n.1, p.7-17, jan./abr.2012.